

# Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a Casa da Mulher Brasileira

*Apesar de orçamento de mais de R\$ 13 milhões, ministra não desembolsou recursos para o programa de atendimento a mulheres vítimas de violência*

**(Agência Pública, 16/08/2019 - acesse no site de origem)**

Com R\$ 13,6 milhões reservados no orçamento deste ano, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de Damares Alves não gastou, até hoje, nenhum centavo com a construção da Casa da Mulher Brasileira, uma das principais iniciativas do governo federal para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Elogiado por especialistas pela segurança e rapidez de acesso das vítimas à rede de proteção social, o programa prevê a implantação de centros de atendimento multidisciplinares para mulheres vítimas de violência em 25 capitais brasileiras – atualmente, apenas cinco estão abertos.

Desde que assumiu, Damares vem afirmando que o combate à violência contra a mulher é prioritário em sua gestão, mas, apesar de contar com orçamento para o programa, já em abril ela declarou ser impossível para o ministério manter a Casa da Mulher Brasileira. Segundo a apuração da Agência Pública com base em dados do próprio governo federal, após mais de sete meses de governo Bolsonaro, nada foi executado do orçamento aprovado em 2018 com a participação da equipe de transição do atual presidente. Os repasses para manutenção – com verba de R\$ 1,3 milhão reservada no orçamento – também não foram feitos. Se, a partir de agora, o governo quiser executar tudo que está orçado para este ano, seria preciso empenhar ao menos R\$ 2,7 milhões por mês para construção dos espaços.

A Casa da Mulher Brasileira faz parte de um programa lançado por decreto em 2013 pela então presidente Dilma Rousseff (PT) com o nome de “Mulher: Viver Sem Violência”. O objetivo era expandir a rede de serviços voltados para as mulheres vítimas de violência e promover a integração entre eles, através de ações para além da implementação das casas, como a ampliação da central telefônica Ligue 180 e campanhas de conscientização sobre o tema. A execução do programa ficou a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, à época com status de ministério – hoje é apenas um departamento dentro da pasta de Damares. A mudança ocorreu ainda durante o governo de Dilma Rousseff.

O projeto propõe que a vítima de violência disponha, em cada Casa, de Delegacia de Defesa da Mulher, Defensoria Pública, Promotoria, Juizado e Vara especializados, equipes de psicologia e assistência social, alojamento de passagem, brinquedoteca e serviços de promoção da autonomia econômica. Os recursos para construção da Casa partem da União, que também repassa verbas para a manutenção dos espaços durante seus primeiros 24 meses. Depois, município ou estado precisa assumir o gasto.

Esta não é a primeira vez que o governo federal descumpre o orçamento para a Casa da Mulher Brasileira. Em 2017, durante governo de Michel Temer (MDB), apesar de R\$ 1,4 milhão empenhado para a construção de novas casas, nada foi liquidado, ou seja, efetivamente pago a quem executaria os serviços – o governo bancou apenas os gastos de manutenção das casas já construídas. Em 2016, último ano de Dilma Rousseff e início do governo Temer,

apenas 13,32% do total orçado para a construção das casas foi gasto. Em 2018, a execução foi alta, de 75,76%, contudo o valor orçado já havia sido reduzido mais de 15 vezes: se inicialmente o governo teria mais de R\$ 26 milhões para a construção das casas, o orçamento final foi o mais baixo da série, de apenas R\$ 1,7 milhão.

Procurado pela Pública, o MMFDH informou que está reformulando o projeto da Casa da Mulher Brasileira para adequá-lo à “realidade orçamentária do país”. Explicou que pretende utilizar parte da verba destinada à construção de novas casas em um projeto menos custoso. A pasta comunicou também que modificará o decreto de instituição do programa para que seja possível “instalar casas em espaços cedidos ou locados” em vez de construí-las. De acordo com o ministério, hoje cada um dos centros de atendimento demanda R\$ 13 milhões para ficar pronto e, na nova proposta, sairia a partir de R\$ 823 mil.

Questionamos também o ministério sobre um pacto, lançado neste mês por Damares, para a implementação de políticas públicas de proteção para mulheres, assinado por representantes do governo - entre eles o ministro Sergio Moro - e do Legislativo e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. De acordo com o MMFDH, estão sendo criados grupos de trabalho sobre o tema, sendo a “jornada de trabalho de promoção da segurança e defesa da mulher uma das primeiras ações”, sem detalhamento do que a medida significa.

### **De 25 casas previstas, cinco prestam atendimento**

A construção das casas entrou como meta no Plano Plurianual 2016-2019, que determina as políticas públicas prioritárias para o governo federal no período. O documento estabelece que 25 capitais brasileiras devem recebê-las até o fim deste ano, mas atualmente apenas cinco estão abertas ao público: Campo Grande, São Luís, Fortaleza, Curitiba e Boa Vista - esta última enfrenta problemas estruturais, segundo o próprio governo de Roraima, mas ainda assim presta atendimento.

A Casa de Brasília, inaugurada em 2015, foi embargada parcialmente em 2017 e de forma definitiva em 2018 porque o prédio ameaçava desabar - o MMFDH informou que “está sendo construído um acordo para que a obra seja recuperada e os serviços continuem sendo prestados em outro local”. Na época da construção, o governo federal transferiu R\$ 4,5 milhões para a estrutura. O convênio de manutenção do serviço previa um repasse anual de R\$ 13,7 milhões. Neste ano, segundo a administração da Casa, nada foi repassado. Já a de São Paulo, apesar de pronta, ainda não foi inaugurada - de acordo com a prefeitura, a previsão é que comece a funcionar neste semestre.

### **“Um sonho” de atendimento**

Quando a Casa da Mulher Brasileira foi idealizada, Eleonora Menicucci era ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ela lembra que o projeto tinha o objetivo de cumprir uma das determinações do artigo 8º da Lei Maria da Penha: a “integração operacional” do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública a áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação como diretriz de políticas de combate à violência doméstica e familiar. “Nós vimos que as redes não estavam respondendo à altura por causa do aumento das violências e as mulheres continuavam ainda com a via- crúcis em busca do serviço, então propusemos essa política”, explica.

Uma iniciativa de El Salvador serviu de inspiração: o Ciudad Mujer, projeto criado em 2011 pela advogada brasileira Vanda Pignato, ex-primeira-dama do país. O programa permitiu a abertura de centros que reúnem serviços públicos de atendimento às mulheres em áreas desde

saúde a cooperativas de crédito - hoje, existem seis deles espalhados pelo território salvadorenho. No início de 2013, Eleonora Menicucci viajou a El Salvador para visitar os espaços acompanhada de Aparecida Gonçalves, à época secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, para conhecer o projeto.

A facilidade de acesso da mulher à rede de assistência reunida em um único espaço é “um sonho” para especialistas no tema, como Wânia Pasinato, consultora da ONU Mulheres, que há mais de 20 anos faz pesquisas em justiça criminal e violência contra a mulher. “A proximidade entre uma equipe psicossocial, a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública e o juizado faz com que pelo menos o trâmite inicial ocorra mais rapidamente. Isso dá mais segurança às mulheres”, explica a socióloga, pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp.

Wânia destaca que a agilidade e abrangência do acolhimento são cruciais porque, quando as vítimas tomam a decisão de buscar ajuda institucional, “já passaram por muitos processos internos de dúvida, medo, insegurança”. Outro ponto importante é que o espaço integrado favorece o compartilhamento de informações entre os serviços. “Ela [a Casa] criou a possibilidade de que a rede fosse também uma estrutura de circulação dos documentos relacionados ao caso da mulher [atendida] e de informações relativas a esse caso. Produzir estatísticas, ter dados e criar indicadores é fundamental para que se possa entender melhor não só a violência, mas também onde estão ocorrendo as falhas, que são inegáveis, na resposta para as mulheres e na aplicação da Lei Maria da Penha.”

### **Campo Grande: primeira e referência**

Em Campo Grande, onde fica a mais antiga e uma das únicas cinco casas abertas, o caso de Letícia\*, de 33 anos, mostra como o programa funciona quando bem executado. No fim de julho, ela foi agredida com um soco pelo ex-marido, que havia ido até sua casa para buscar o filho do casal, de 4 anos. A violência física foi precedida por um longo período de ataques verbais e psicológicos que culminou na separação do casal.

Letícia, moradora de Campo Grande, procurou a Casa da Mulher na mesma noite em que sofreu a agressão. Passou pela triagem, foi atendida por uma psicóloga e de lá seguiu para a Delegacia da Mulher, onde registrou o boletim de ocorrência. Por último, foi encaminhada à Vara Especializada, que lhe concedeu uma medida protetiva contra o ex-companheiro. “Me disseram: ‘Tem que denunciar, tem muitas mulheres sofrendo violência porque não denunciam’. Explicaram tudinho para mim, me deixaram bem tranquila”, conta a dona de casa. A medida protetiva também tem cumprido seu papel. “Só dele não ficar me ligando, me mandando mensagem, vindo aqui na minha porta me ofender, para mim, já é um alívio”, diz.

Seguindo o modelo da época da implantação do projeto, ainda sob os auspícios da Secretaria de Políticas para as Mulheres, uma servidora do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é responsável pela coordenação geral da Casa. Tai Loschi, que desempenha esse papel em Campo Grande, diz que a atribuição mais importante do cargo é organizar as reuniões mensais do colegiado gestor da Casa, formado por representantes da prefeitura, governo do estado, Polícia Militar e Patrulha Maria da Penha, além de delegada, juíza, defensora pública e promotora. “É uma reunião democrática e horizontal, porque aqui todo mundo tem suas diretrizes, mas temos que andar juntos. As reuniões do colegiado são justamente para afirmar a horizontalidade dos serviços”, explica. De acordo com ela, todas as decisões relativas ao local dependem da deliberação dos integrantes do colegiado.

A Casa da Mulher em Campo Grande é referência nacional na prestação do atendimento integral às mulheres vítimas de violência. De fevereiro de 2015, quando abriu, até o último mês de junho, foram registrados ali mais de 32 mil boletins de ocorrência, concedidas mais de 14,8 mil medidas protetivas e 49,3 mil atendimentos foram feitos pelo Ministério Público do estado. Neste ano, autoridades de Roraima – cuja capital já abriga uma Casa –, Piauí e Alagoas visitaram o serviço para observar como funciona.

Embora funcione há quatro anos e meio, a Casa ainda se mantém com dinheiro do governo federal. A prefeitura de Campo Grande precisava utilizar os aproximadamente R\$ 9,5 milhões previstos em convênio até dezembro de 2016, mas precisou renegociar o prazo por quatro vezes, o que não implicou o repasse de mais verbas, segundo a própria prefeitura. Depois de junho de 2020, nova data-limite para execução dos recursos da União, o município deverá assumir os gastos com manutenção – limpeza, locação de veículos e alimentação para mulheres abrigadas, entre outros –, além das despesas com as quais já arca, como água, luz, telefonia e recursos humanos.

Desde maio, a Casa tem recebido apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) através do Observatório sobre Violência contra a Mulher. Em fase de implantação, ele é fruto de um acordo de cooperação com a prefeitura de Campo Grande e pretende monitorar e analisar dados sobre violência contra mulher no município, promover ações de prevenção e formação para gestores, pesquisadores e comunidade. Segundo as professoras Ynes da Silva Félix e Jacy Correa Curado, coordenadora e vice-coordenadora do Observatório, para continuar “sendo referência e exportando know-how em tecnologia social de atendimento à violência contra a mulher, a Casa “deve ser alvo de investimento e boa gestão pública”, como vem ocorrendo em Campo Grande.

*\*O nome verdadeiro foi preservado para proteger a identidade da fonte*

*Por Anna Beatriz Anjos, Bruno Fonseca*

### **Atualização (19/08/2019):**

*A Agência Pública mantém as informações publicadas na reportagem “Damares não gastou nenhum centavo com a Casa da Mulher Brasileira”, contestada pelo MMFDH nessa [nota](#). Os R\$ 13,6 milhões para a construção da Casa da Mulher Brasileira estão no orçamento aprovado, com relatamos no texto. Em relação ao contingenciamento de verbas, a informação foi omitida pelo Ministério em resposta a sete perguntas enviadas pela reportagem. A explicação recebida, de que o Ministério iria reformular o programa “para adequá-lo à realidade orçamentária do país”, consta na reportagem.*

*Não há equívoco na reportagem, baseada na Lei Orçamentária e no Portal da Transparência, onde constam os valores empenhados e executados. O que houve foi uma omissão do Ministério que poderia ser corrigida pela assessoria sem negar os fatos apresentados pela reportagem. A agressividade da nota enviada na noite sexta-feira impediu sua publicação, já que nos obrigaria a uma nova resposta.*

---

# Ministério dos Direitos Humanos conclui que quase 90% da violência sexual contra crianças acontece no ambiente familiar

*Mais de 70% das vítimas são mulheres, de acordo com levantamento baseado em denúncias feito ao Disque 100*

**(O Globo, 14/05/2019 - acesse no site de origem)**

Dados compilados pela Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), apresentados nesta terça-feira na Câmara dos Deputados, revelam que quase 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados no ambiente familiar.

Durante o ano de 2018, o Disque 100, conhecido como Disque Direitos Humanos, recebeu um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. Desse total, 13.418 denúncias se referiam a abuso, enquanto 3.675 telefonemas foram classificadas como casos de exploração sexual.

Nos casos de abuso, 73,44% das vítimas são meninas, enquanto meninos representam 18,60% desse total. Em 7,96% das denúncias o sexo da vítima não foi informado.

Com base nos dados, o ministério concluiu que quase a totalidade dos abusos acontecem dentro de casa, sendo 70% dos casos tem como autor o pai, o padrasto ou a mãe da criança.

— A gente tem que buscar combater violação de direitos humanos em todos os aspectos, seja nas redes sociais ou em outras fontes, ou violências sociais de tudo quanto é tipo. Mas efetivamente a violência contra a criança está acontecendo dentro da sua casa. Essa é a realidade. É dentro da família que acontece a maior parte das violações — destacou Fernando César Ferreira, ouvidor nacional de Direitos Humano.

Somente nos quatro meses de 2019, 4736 denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes foram registrados no país, por meio do Disque 100. Apesar do número representar uma queda de 19% com relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior (5827 casos), a ministra Damares Alves classificou os dados como “extremamente graves”.

— Quem trabalha com a infância sabe que menos de 10% dos abusos são denunciados. Os números são absurdos. A gente vai ter que enfrentar isso, e o ministério está disposto a enfrentar. O problema está aí, ele é grave, e vamos precisar dar uma resposta para o Brasil — destacou.

O ouvidor do ministério reforçou que é preciso haver maior conscientização da sociedade sobre a importância de denunciar os abusos. Ele acredita que os números do Disque 100, nesse sentido, são mais próximos da realidade do que os dados oficiais de abuso compilados pelo Ministério da Justiça.

— Em termo de denúncia oficial, o número é bem menor, pois a vítima não procura a polícia

para fazer a notificação. Muitas vezes a vítima ou a testemunha procura o a gente, mas tem medo de denunciar formalmente à polícia. Por isso nossos números podem estar um pouco mais próximos da realidade do país.

*Patrik Camporez*

---

## **Damares diz ser ‘impossível’ ministério manter casa da mulher brasileira**

A ministra Damares Alves afirmou que o ministério não tem dinheiro para custear a Casa da Mulher Brasileira, projeto criado em 2013 para acolher mulheres em situação de violência. Mesmo com investimento federal na casa dos 70 milhões, a iniciativa coleciona histórico de atrasos em obras e de mau funcionamento.

**(Universa, 16/04/2019 - acesse no site de origem)**

“Manter a Casa da Mulher [Brasileira] pelo ministério é impossível”, respondeu a ministra às deputadas na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos deputados, nesta terça (16). “A gente quer continuar o programa, talvez em um formato menor. A gente quer encontrar alternativa”, diz. “Temos que encontrar uma alternativa, mas o ministério não tem como custear.”

Damares pediu para deputadas lutarem para maior orçamento da pasta, e diz ser impossível custear a Casa da Mulher Brasileira

O ministério, segundo ela, financia a construção da Casa e o governo municipal ou estadual banca o atendimento. Sem citar nomes, Damares, à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmou que governadores e prefeitos se recusaram a custear a casa.

A ministra deu opção de oferecer formatos menores do serviço, que vão de 10 milhões a 250 mil reais e de negociar o investimento a partir de emendas dos parlamentares.

### **Obras paradas**

Em São Paulo, a prefeitura assumiu e investiu 1,5 milhão para a conclusão do projeto em março do ano passado, embora reportagem da Folha, publicada um ano depois, mostre que a obra iniciada em 2015 ainda não foi concluída.

A única unidade em pleno funcionamento é a de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, que Damares afirma também ter sido custeado pela prefeitura, e do Distrito Federal. Em estados como Santa Catarina houve doações de terrenos à União, mas o projeto nunca saiu do papel.

*Marcos Candido*

---

## **Violência doméstica: projeto de Damares para capacitar salões deixa lacunas**

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves passou a tarde desta terça-feira (16) na Câmara dos Deputados, em Brasília, discutindo a campanha “Salve Uma Mulher”, proposta por ela, via redes sociais, no último Dia Internacional da Mulher.

**(Universa, 16/04/2019 - acesse no site de origem)**

A proposta consiste em capacitar profissionais da beleza como cabeleireiros, maquiadores, manicures, massagistas e depiladores, para identificar em suas clientes sinais de violência doméstica, seja ela física ou psicológica.

Uma proposta muito similar existe no Brasil há dois anos, chamada de “Mãos Empenhadas Contra a Violência”. Universa ouviu a idealizadora deste projeto, a juíza Jaqueline Machado, que também lidera a coordenadoria da mulher em situação de violência do TJMS (Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul), e a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), integrante da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

As duas concordam que pode ser positivo envolver estes profissionais na rede de proteção das vítimas de violência doméstica, mas têm dúvidas quanto à aplicação e acreditam que, até agora, a proposta é vaga.

### **Orientação**

Em vídeo divulgado nas redes sociais do Ministério, o maquiador Augustín Fernandez, apoiador do projeto, pede que profissionais da beleza identifiquem os sinais de agressão, abordem o tema com a vítima e se prontifiquem a levá-las até a delegacia para fazer a denúncia — sem dar detalhes sobre a melhor forma de fazer isso.

A juíza Jaqueline Machado acredita que o papel dessas pessoas no salão deve, na realidade, ser de orientar a cliente agredida, de forma a mostrar quais são os possíveis caminhos para sair daquela situação — e não necessariamente denunciar.

Para isso, este profissional precisa conhecer bem a lei: entender quais são os tipos de violência que a Lei Maria da Penha atende, a quem procurar para denunciar, como conseguir uma medida protetiva, como chegar à defensoria pública, entre outras questões.

Em entrevista à Universa horas antes do debate na Comissão, a deputada Sâmia Bomfim mostrou preocupação em relação a quem vai ministrar essa capacitação aos profissionais de beleza — já que, no vídeo que explica a proposta, a informação fica vaga. “Quando as mulheres são mal orientadas, a situação de violência e vulnerabilidade pode até se agravar. Por isso é preciso muito cuidado e responsabilidade com a proposta”, disse.

Jaqueline concorda: “Independente deste maquiador [Augustín Fernandes] ter ou não

conhecimento sobre o assunto, são especialistas em violência doméstica que devem ministrar essa capacitação, como psicólogas e assistentes sociais. E de preferência mulheres”.

Questionada por Sâmia em plenário, Damares disse apenas que “se o Agustín quiser, ele poderá multiplicar essas informações. Psicólogos, advogados, psiquiatras estão mais preparadas para ministrar este curso, mas todos os profissionais são bem-vindos nesta campanha”.

### **Outros profissionais**

À Universa, Sâmia Bomfim afirmou que “profissionais de diferentes áreas devem ser capacitados para identificar indícios e orientar de maneira adequada as mulheres vítimas de violência” e que os profissionais de beleza “não podem ser a única categoria e tampouco o setor prioritário”.

“Será que a medida não parte de um estereótipo equivocado sobre os hábitos das mulheres brasileiras? Quais mulheres podem frequentar salões de beleza? As mulheres pobres e trabalhadoras, que não frequentam salões de beleza, vão ter acolhimento onde?”, questionou a deputada.

No plenário da Câmara, Damares Alves afirmou que, apesar dos altos índices de desemprego, o número de mulheres que procuram serviço de beleza é bem significativo no BR.

A ministra explicou ainda que capacitar os profissionais de beleza para identificar sinais de agressão é apenas a primeira etapa do projeto “Salve Uma Mulher”. A duas fases seguintes, que não têm data prevista para implementação, terão como alvo os líderes religiosos — “de qualquer religião, seja padre, pastor, pai de santo” — e profissionais de academias de ginástica.

---

## **Damares defende integrar políticas municipal e federal para combater violência contra mulher**

*Ministra pediu união para transformar Brasil “no melhor país do mundo para ser mulher”*

**(Correio do Povo, 10/04/2019 - acesse no site de origem)**

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, repudiou nesta quarta-feira a violência contra a mulher e afirmou que é possível “transformar essa nação no melhor país do mundo para ser mulher”. “Somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres. Não podemos mais aceitar essa marca. Temos como objetivo mudar essa história. Gostaríamos muito que algumas nações olhassem e perguntassem ‘como ele conseguiram? Naquela nação, uma mulher era estuprada a cada 11 minutos, e cada sete minutos uma sofria violência. O que aconteceu com aquela nação?’”, disse a ministra durante a Marcha a Brasília



em Defesa dos Municípios.

Para mudar este cenário, argumentou, é necessária uma integração de políticas em nível municipal e federal. “Uma geração vai ter que se levantar para fazer o enfrentamento dessa questão. Me permitam desafiar a nossa geração a fazer isso. Acredito muito na força do movimento municipalista. A grande revolução vai nascer nos municípios. Prefeitos, prefeitas, deputados, senadores, poder Executivo e Legislativo têm que se unir para dizer basta de violência contra a mulher”, avaliou.

Damare classificou como vergonhosa a nomeação do Brasil como o pior país da América do Sul para criar meninas. “Nunca nossas meninas foram tão abusadas como hoje. Esta falando aqui uma menina que foi abusada. Sei o que é estar no colo de um abusador quando criança. Sei que eles não só destroem o corpo. Destroem o futuro, a alma”, lembrou em tom emotivo. Também comentou que seu trabalho é difícil, pois requer ouvir denúncias do Disque 100, algumas das quais trazem relatos de abuso contra crianças recém-nascidas.

“Vocês não imaginam o que essa ministra tem que ver e ouvir todos os dias. É muito pior do que vocês podem imaginar. Como defensora da infância, por anos militei por isso, e participei da CPI da Pedofilia. Vi o que não queria. Assisti a um pai fervendo água e colocando a mão do filho dentro porque ele não quis comer iogurte”, relatou, lembrando também casos de abuso de crianças com deficiência.

Outro desafio que o governo tem, segundo a ministra, é o de buscar mulheres que estão invisíveis. “Falo das ciganas, que passam pelas cidades e às vezes não são percebidas. Temos 1,2 milhão no Brasil. Onde estão essas mulheres que as políticas públicas não chegam até elas? Temos as indígenas, mulheres que estão abandonadas, sofrendo. Precisam ser alcançadas, empoderadas e fortalecidas. Queremos fazer um apelo por elas”, disse. Nesse sentido, lembrou que muitos municípios não têm representantes femininas nos poderes.

Damare então lançou o desafio de que todas as cidades tenham no mínimo uma única mulher entre seus eleitos. “Vamos fazer essa parceria e ir em caravana para tudo que é cidade para cobrar isso. A mulher brasileira é diferente, é valente. É hora de grandes mudanças na nação. Os homens são muito importantes nesse processo, mas nós somos extraordinariamente importantes. Eu acredito no poder das mulheres na política, no governo. Liderando e desenvolvendo políticas públicas”, concluiu.

### **Prefeita cobra ações**

Antes de Damare, a prefeita de Tarauacá, cidade a cerca de 420km de Rio Branco, no Acre, encravada no coração da mata amazônica, havia confrontado a ministra sobre as políticas para a questão da violência contra a mulher. Marilete Vitorino citou dados do Fórum brasileiro de segurança pública, evidenciando que, em 2018, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora somente no ano passado. Número expressivo e que pode ser maior uma vez. Ela lembrou que 80% de políticas públicas para mulheres são aplicadas apenas nas capitais, como a obrigatoriedade do Estado em instaurar uma delegacia da defesa da mulher.

“Como esse novo ministro pretende desenvolver política para as mulheres que sejam universais e que atendam todas? Como pretende combater a violência nos espaços públicos e privados, sendo que, de acordo com o mesmo estudo, 76,4% dos agressores eram conhecidos pela vítima? O que vai fazer pelo rompimento de relacionamento abusivos no âmbito doméstico porque as mulheres precisam de apoio específico?”, indagou. Ao se referir aos

questionamentos, Damares disse que muitas horas seriam necessárias para respondê-los e se resumiu a dizer: “sim, sim, sim, sim, sim, vamos fazer”.

*Eric Raupp*

---

## [Nossa humanidade está ameaçada por quem deveria protegê-la, por Paula Guimarães](#)

“A [bruxa] já se foi [...] [mas] seus medos e as forças contra as quais lutou durante sua vida ainda vivem”. A afirmação de Starhawk, do livro *Patriarcado e acumulação em escala global* (1997), citado em *Calibã e a bruxa* de Silvia Federici (2017), trata da caça às bruxas no contexto da acumulação primitiva no século XV que deu início ao processo capitalista. Uma abordagem que confere historicidade aos tempos sombrios que as mulheres, especialmente brasileiras, vivem na atualidade. O revanchismo à maré feminista carimbado na eleição de Bolsonaro reflete a ambivalência deste período de esperança e medo.

**[\(Catarinas, 08/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Há aproximadamente quatro anos, o movimento feminista iniciava um processo de expansão de suas fronteiras para chegar massivamente às mulheres. No Brasil, essa maré crescia inflada pelo repúdio e horror [ao PL 5069/13, idealizado pelo então deputado federal Eduardo Cunha](#), que propunha restringir o acesso ao aborto legal, negando o direito à informação sobre o serviço e impedindo a distribuição da pílula do dia seguinte.

Desde então, com ainda mais dedicação o patriarcado vem lançando mão de estratégias para conter a fúria daquelas que passam a questionar as dinâmicas de exploração e dominação, e levam o espírito da insurgência para os cantos mais remotos do Brasil. Enquanto nas escolas, as adolescentes organizam coletivos feministas, o governo tenta frear a força do movimento que já tomou proporções nunca vistas neste país.

Bolsonaro no poder é a investida mais condensada do patriarcado contra nossos desejos e sonhos de transformar tudo que nos imobiliza, violenta e cerceia nossa humanidade. Não é só a representação da anti-política na negação da sua essência dialógica e diplomática, como é também símbolo da anti-estética no ódio ao belo, do anti-erótico na moralização dos nossos desejos, e como não poderia deixar de ser é símbolo máximo do anti-feminismo, na expressão de um masculinismo concentrado e tóxico.

O atual presidente do Brasil é o próprio elogio ao machismo: só não estupraria mulheres que não “merecem”. Não bastasse a violência à deputada Maria do Rosário, [pela qual terá que se retratar conforme decisão da Justiça](#), Bolsonaro vai mais longe em seu discurso. Perguntado sobre a possível participação de sua família no assassinato de Marielle Franco pela jornalista Shannon Bream [do canal estadunidense Fox News](#), rebateu “que motivo eu teria

para ser o mandante de um tipo de assassinato como esse? Eu nem a conhecia”.

A resposta suscita uma indagação de imediato: se tivesse motivos, Bolsonaro mataria alguém, mataria Marielle? Bem, sabemos que motivos não faltavam para o presidente do Brasil ter visto em Marielle um possível alvo de seu ódio: uma mulher preta, periférica, lésbica, feminista e ativista do direito ao aborto que enfrentava o patriarcado de frente.

Nessa conjuntura marcada pelo ressentimento normativo à visibilidade das pautas feministas, o direito ao aborto em gravidez decorrente de estupro — que no passado recente motivou o estopim feminista — volta a ser questionado na arena pública. Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Bolsonaro nomeou sua equivalência feminina, uma antifeminista histórica, que assessorando Magno Malta, construiu sua trajetória voltada a rechaçar o direito ao aborto, até mesmo em casos permitidos por lei.

Em seu [primeiro pronunciamento internacional](#), na 40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 25 de fevereiro em Genebra, a ministra Damares Alves afirmou, sem pudor, que defenderá “o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa”. O que significa criminalizar o aborto em todas as situações, inclusive nos casos de gravidez por estupro, risco de morte para a gestante e anencefalia fetal, ignorando todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, os quais estabeleceram o direito da mulher à [plena autonomia de escolha](#) sobre seus processos sexuais e reprodutivos.

Em 27 de março, Damares participou do relançamento da Frente Parlamentar pela Vida e pela Família, da qual se orgulha de ter contribuído para a instalação em 2015. A frente terá como prioridade avançar na aprovação do Estatuto da Família, que define família como núcleo de homem e mulher, Estatuto do Nascituro e PEC da Vida, cujos textos garantem na Constituição o direito à vida desde a concepção. A frente deve propor também um projeto de lei que proíbe explicitamente o aborto de fetos com síndrome congênita pelo Zika Vírus, caso que deve ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nomeada por um governo que se elegeu tendo como seu principal projeto de país a liberação da posse e venda de armas, exímio defensor de grupos de extermínio e tortura, Damares não convence em seu discurso em favor da vida. Com suas declarações de escárnio às principais pautas feministas, a ministra é representativa do menosprezo desse governo à vida, fundamentalmente à vida das mulheres.

Defensora da vida abstrata, ao mesmo tempo que humaniza fetos Damares desumaniza as mulheres a serviço de seu capital político antifeminista. Em suas declarações, posiciona-se como árdua defensora da família e de sua estrutura à moda antiga — dos tempos em que a violência contra meninas e mulheres deveria ser assunto restrito ao ambiente doméstico — reforçando os papéis de gênero que subjuguem mulheres ao posto de mães e esposas obedientes e servis a seus maridos, e expõem meninas à violência sexual pelos homens da casa. Classificamos como frágeis, merecedoras de flores, mas não dignas de acessarmos nossos direitos.

No mês das mulheres, seu ministério realizou evento cuja programação integrou a [palestra “Armadilhas do Feminismo”](#) pela deputada catarinense Ana Caroline Campagnolo (PSL), que recentemente lançou um livro de rechaço ao feminismo baseado na ideia de que as mulheres

são historicamente privilegiadas, ao contrário de dominadas, na relação com os homens.

A tese de Campagnolo esbarra na verdade factual. Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de brasileiras foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio, segundo [levantamento do Datafolha](#) encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado em fevereiro. Em 2017, 4.539 mulheres foram assassinadas no país, 1.133 delas morreram pelo simples fato de serem mulheres — conforme entendimento da lei do feminicídio que passou a tipificar esse tipo de crime.

Diante desses dados alarmantes, a ministra da mulher debocha das nossas vidas e fraudas nossas existências ao reproduzir e autorizar discursos hostis ancorados em falácias e deturpações da vida concreta. Não importam os números apontados pelas pesquisas e estudos de gênero, como na Idade Média a nova era de Damares é consubstanciada na religião e na crença em um deus misógino.

Tal qual a [santa] inquisição que levou centenas de milhares de mulheres à fogueira, por desenvolverem tecnologias contraceptivas e abortivas, a criminalização do aborto é o maior ativo político do patriarcado brasileiro na atualidade. A fogueira da inquisição contemporânea está direcionada para desqualificar a luta feminista na raiz característica da insurgência destes tempos.

O país que registrou 61.032 estupros em 2017, conforme anuário do Fórum citado anteriormente, realizou apenas 1.636 procedimentos de abortamento legal nesse período, incluindo todas as situações em que é legalizado. Ainda que o projeto de Eduardo Cunha não tenha sido aprovado, os acordos tácitos institucionais na omissão de informações, permitiram que entre 2011 e 2016, [4.262 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos tivessem uma gestação resultante de estupro](#). Desse montante, 1.875 eram meninas de 10 a 14 anos violentadas sistematicamente, quase 73% do total. Em quase 70% das ocorrências o autor da violência é um familiar.

A não divulgação dos serviços credenciados para atendimento e a via-sacra para realizar o procedimento denunciam a sonegação de um direito, previsto há quase 80 anos no Código Penal, como apurou [reportagem](#) recente da Folha de São Paulo. Quando conseguem chegar aos hospitais, as vítimas de estupro ainda precisam lidar com os obstáculos morais sobrepostos ao fundamento máximo de que a palavra da mulher é suficiente para acessar o direito.

Todos os anos cerca de um milhão de brasileiras recorrem à clandestinidade para abortar, milhares ficam com sequelas, [cerca de 200 perdem a vida](#), como [Ingriane Barbosa que introduziu um talo no útero até morrer em Petrópolis \(RJ\)](#), deixando dois filhos pequenos para a mãe criar.

Ingriane morreu por medo de buscar socorro médico, porque a criminalização atinge seletivamente sua cor e classe social, como apontou [pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em 2017](#). O hospital tem sido a porta de entrada das mulheres ao sistema penal, como apontou [reportagem do Catarinas](#). Só em 2017, [331 processos pela prática de aborto](#) foram distribuídos aos tribunais de justiça de 18 estados brasileiros.

É justo que uma mulher morra ou seja presa e estigmatizada por não ter condição social de

acessar um abortamento seguro? Para Damares nossas vidas só importam se forem subjugadas, amordaçadas, humilhadas. A necropolítica governamental aponta para o disciplinamento de nossos corpos e nossa humanidade é ameaçada por quem deveria protegê-la.

A ministra da pasta das mulheres ignora o que se passa em países onde o aborto é totalmente criminalizado como Nicarágua e El Salvador, onde a perseguição é tamanha que mulheres são presas até por aborto espontâneo, conforme denunciaram organizações de mulheres na nota pública [“Ministra falta com a verdade na 40ª sessão do conselho de direitos humanos da ONU”](#). Ela desconhece que mesmo no Brasil, em que o procedimento é direito em três situações, a criminalização da prática também [atinge mulheres que abortam involuntariamente](#).

Como afirmou há quatro anos, a filósofa feminista Márcia Tiburi em audiência pública que discutiu a legalização do aborto no Senado: [“aborta-se as mulheres para que elas não abortem”](#). É isso que busca a ministra ao institucionalizar a “nova era” da feminilidade dócil e domada: esvaziar a força política das mulheres em suas pautas mais caras, subtrair-lhes a potência, o corpo, o desejo, abortá-las em sua dignidade humana.

Às netas das bruxas que o patriarcado não conseguiu queimar resta o legado da rebeldia e insurgência. Não nos esqueçamos que representamos a força política mais mobilizadora destes tempos. Somos a antítese, o antídoto para derrotar esse governo que ao negar nossa existência, só faz reafirmar ainda mais a necessidade do feminismo.

---

## [De índia a petista, conheça as conservadoras escaladas para o ministério de Damares](#)

*Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos juntou secretárias de perfis variados para tratar de temas como ensino domiciliar, suicídio e automutilação*

**[\(O Globo, 07/04/2019 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)**

Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damares Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “homeschooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC.

O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damares. Não se fala

em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade é a única que já discordou, no passado, de Damares em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damares apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas.

Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é a tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento de R\$ 450 milhões — “no momento que considerar apropriado”.

---

## **Com apoio de Damares, deputados relançam frente ‘pró-vida’ que é contra aborto em todas as situações**

*Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos compareceu ao evento, nesta quarta-feira*

**(O Globo, 27/03/2019 - acesse no site de origem)**

Foi relançada, na manhã desta quarta-feira, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. A frente existia desde 2015, mas sua lista de participantes estava defasada. O evento de lançamento contou com a presença e apoio de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Agora presidida por Diego Garcia (PODE-PR), a frente terá como prioridade avançar na aprovação do Estatuto da Família (define família como núcleo de homem e mulher), Estatuto do Nascituro (incentiva mulheres a não abortar no caso de estupro) e PEC da Vida (insere na Constituição que a vida está protegida desde a concepção). Na prática, esses projetos impedem o aborto mesmo nos casos já previstos hoje pela lei: em decorrência de estupro, em caso de anencefalia — quando o feto não tem cérebro desenvolvido — e risco de vida para a mulher.

Em seu discurso, Damares Alves comentou que, quando ainda trabalhava como assessora do então deputado Robson Rodvalho, bispo da Sara Nossa Terra, escreveu a constituição para a criação da frente.

Ela mantém o discurso de que sua opinião pessoal — contra o aborto mesmo nas três hipóteses legais — não irá pautar a ação do ministério. Apesar disso, Damares destacou, em sua fala, que o país agora protege a “vida desde a concepção”.

— O recado do governo brasileiro na ONU foi que a nação brasileira agora protege a vida da criança desde a concepção. (O país) vai fortalecer políticas de acolhimento às grávidas, e fiz isso com muito orgulho — disse a ministra.

### **Projeto contra aborto em caso de zika**

Diego Costa também aproveitou para anunciar que a frente está propondo, ainda nesta quarta, um projeto de lei que proíbe explicitamente o aborto no caso de fetos vítimas de microcefalia e sequelas neurológicas decorrentes de doenças como a zika, caso que deve ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) em breve.

*Natália Portinari*

---

## **Violência doméstica é ato de covardia e precisa ser coibida, diz Moro**

*Governo vai usar tecnologia para combater crimes contra mulher*

**(Agência Brasil, 08/03/2019 - acesse no site de origem)**

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, assinaram hoje (8) acordo de cooperação técnica para combater a violência doméstica no Brasil. A proposta do governo federal, segundo Moro, é “incrementar” a utilização de tornozeleiras eletrônicas e de outros tipos de dispositivo - como o chamado botão de pânico que, ao ser acionado, envia uma mensagem com a localização da pessoa para agentes de segurança.

“A violência doméstica, não preciso dizer, todos sabem, é um grande problema. É um ato de covardia e isso tem que ser coibido. Uma das formas de coibir isso é através de mecanismos tecnológicos. Nós já os temos no Brasil, mas o uso precisa ser mais disseminado”, destacou, ao citar a queda no percentual de utilização das tornozeleiras no Brasil entre 2016 e 2017.

De acordo com o ministro, das cerca de 51 mil tornozeleiras eletrônicas disponíveis no país, apenas 2,83% estão sendo utilizadas para combater esse tipo de crime. “As tornozeleiras já existem, mas estão sendo utilizadas mais frequentemente em outras situações do que para prevenir a violência doméstica”.

Questionado se haverá compra de novas tornozeleiras ou se tornozeleiras utilizadas em outros crimes serão redirecionadas para o combate à violência doméstica, Moro disse que “todas as hipóteses são possíveis”.

## **Ligue 180**

Os ministérios agora têm 30 dias para assinar um plano de trabalho que vai detalhar metas, cronograma e atribuições de responsabilidade de cada órgão e de instituições parceiras. O início da coleta de dados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública deve ocorrer no prazo de até 15 dias, a contar da publicação do documento. O acordo de cooperação técnica terá duração de 24 meses.

Dados do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) divulgados durante a assinatura do acordo revelam que 17.836 denúncias foram registradas até o último dia 26 - um aumento de cerca de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números, de acordo com o governo federal, são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violência física, moral, obstétrica e sexual.

“Infelizmente, nesta nação, os números ainda nos assustam”, disse Damares, ao apresentar o balanço. “No quesito violência contra a mulher, a gente se assusta cada vez que faz um levantamento”, completou, ao afirmar que é preciso avançar no combate à violência doméstica.

## **Campanha**

Após o balanço, a ministra lançou a campanha Salve uma Mulher, voltada para profissionais como cabeleireiros, manicures, maquiadores e outros capazes de identificar sinais de violência contra a mulher. A ideia, segundo ela, é enfrentar a violência contra o público feminino por meio de ações que visem conscientizar para a responsabilidade de todos - em especial, profissionais que lidem com as mulheres todos os dias, como no campo da beleza.

“Eles poderão orientar suas clientes, considerando essa relação que, muitas vezes, é de confiança. Todos os casos de agressões devem ser denunciados”, concluiu Damares.

*Paula Laboissière; Edição: Luiza Damé*

---

## **[Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz](#)**

*Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário*

**[\(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas



ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro - ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de “feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós - feministas ou não - pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores - vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.